



PARECER ÚNICO Nº 71/2015		Protocolo (SIAM) Nº 0678794/2015
INDEXADO AO PROCESSO: Licenciamento Ambiental	PA COPAM: 12442/2007/003/2014	SITUAÇÃO: <u>Sugestão pelo Indeferimento</u>
FASE DO LICENCIAMENTO: Revalidação da Licença de Operação		VALIDADE DA LICENÇA: -

PROCESSOS VINCULADOS CONCLUÍDOS	PA COPAM:	SITUAÇÃO:
Outorga poço subterrâneo	17899/2015	<u>Sugestão pelo Indeferimento</u>

EMPREENDEDOR:	Inova Biotecnologia Saúde Animal Ltda.	CNPJ:	16.600.892/0082-67
EMPREENDIMENTO:	Inova Biotecnologia - Unidade Juatuba		
MUNICÍPIO:	Juatuba	ZONA:	Industrial
COORDENADAS GEOGRÁFICA (DATUM):23K	LAT/Y 19° 56' 33"	LONG/X	44° 19' 08"
LOCALIZAÇÃO EM RELAÇÃO A UNIDADE DE CONSERVAÇÃO:			
<input type="checkbox"/> INTEGRAL	<input type="checkbox"/> ZONA DE AMORTECIMENTO	<input type="checkbox"/> USO SUSTENTÁVEL	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO
BACIA FEDERAL:	Rio São Francisco	BACIA ESTADUAL:	Rio Paraopeba-
UPGRH:	--- - SF-3	SUB-BACIA:	Rio Paraopeba
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 74/04):		CLASSE
C-05-01-0	Fabricação de vacina (oleosa p/ febre aftosa) - porte grande e alto potencial poluidor.		6
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:		REGISTRO:	
SANETC/ Eng. Honório Pereira Botelho Engenheiro Civil ART nº 14201400000002024119 de 11 set de 2014 (RADA) e ART nº 14201400000001885931 de 10 jul de 2014 (ETE)		CREA- MG 2.841/D	
PROSAN/ Engª.Sandra Ely Santos Engenheira Civil e Ambiental ART nº 14201400000002029950 de 16 set de 2014 (RADA) e ART nº 14201400000001941502 (ETE – sistema de elevação de efluentes)		CREA- MG 55.141/D	
AUTO DE FISCALIZAÇÃO: 54112/2015 (protocolo SIAM 06778691/2015)			DATA: 10 de Julho 2015

EQUIPE INTERDISCIPLINAR	MATRÍCULA	ASSINATURA
Thalles Minguta de Carvalho	1.146.975-6	
Débora Lacerda Ribeiro Henriques	1.364.390-3	
Matheus Hosken de Sá Moraes	1.364.309-	
Soraia Aparecida Vieira	1.020.994-8	
De acordo: Maíra Mariz Carvalho Diretora Regional de Apoio Técnico – SUPRAM CM	1.364.287-1	
De acordo: Rafael Mori Diretor de Controle Processual – SUPRAM CM	1.132.464-7	



1. Introdução

O empreendimento **Inova Biotecnologia** - unidade industrial de fabricação de vacinas está situado à Rodovia Mg 050, Nº 2002 KM 18,8 Distrito Industrial no município de Juatuba sendo as atividades desenvolvidas pelo empreendedor **Inova Biotecnologia Saúde Animal Ltda.**

A atividade desenvolvida neste empreendimento é a fabricação de vacina, no caso, exclusivamente a vacina oleosa contra o vírus da Febre Aftosa. Esta atividade foi enquadrada como um empreendimento de grande porte e de grande potencial poluidor sendo assim classificado de acordo com a legislação vigente como de classe 6.

O empreendimento teve sua operação acobertada pela **LO Nº 325/2010** emitida como rol de 8 condicionantes e válida até 21 de dezembro de 2014. Com o objetivo de revalidar esta LO, o empreendedor em 19 de setembro de 2014 formaliza o devido processo de revalidação da LO supracitada sendo constituído o PA Nº 12442/2007/003/2014.

No dia 10 de junho de 2015 foi feita uma fiscalização pela equipe técnica da Supram CM no empreendimento, formalizada pelo auto de fiscalização – AF nº 54112/2015 no intuito de subsidiar o parecer único que versa sobre a revalidação da licença de operação abordando o desempenho ambiental do empreendimento dentro do escopo da LO.

Após a análise preliminar da documentação, inclusive nos processos pretéritos – licença de Instalação corretiva – LIC o PA Nº 12442/2007/001/2008 e LO o PA Nº 12442/2007/002/2010, para entender todas as circunstâncias deste empreendimento, acrescidas das informações dos estudos ambientais elencados no relatório de desempenho ambiental - RADA para revalidação da LO o PA Nº 12442/2007/003/2014 concomitante com a vistoria técnica realizada no dia 10 de junho do ano corrente foram esclarecidas situações/circunstâncias que permitiu embasar este parecer único - PU.

Nesta vistoria foram determinadas providências imediatas para a interrupção da situação de lançamento de efluente bruto no rio Paraopeba via antiga estação de “tratamento” de efluente.

Num segundo momento foi feita a devida lavratura do auto de infração – AI Nº 011042/2015 penalizando o empreendedor em multa pecuniária concomitante com o embargo da sua atividade.

Esse parecer único abordará o desempenho ambiental do empreendimento com o intuito de opinar sobre a efetividade de todo aparato mitigatório e de controle ambiental adotadas com objetivo de instruir a pleito do empreendedor em revalidar as licenças de operação deste empreendimento.

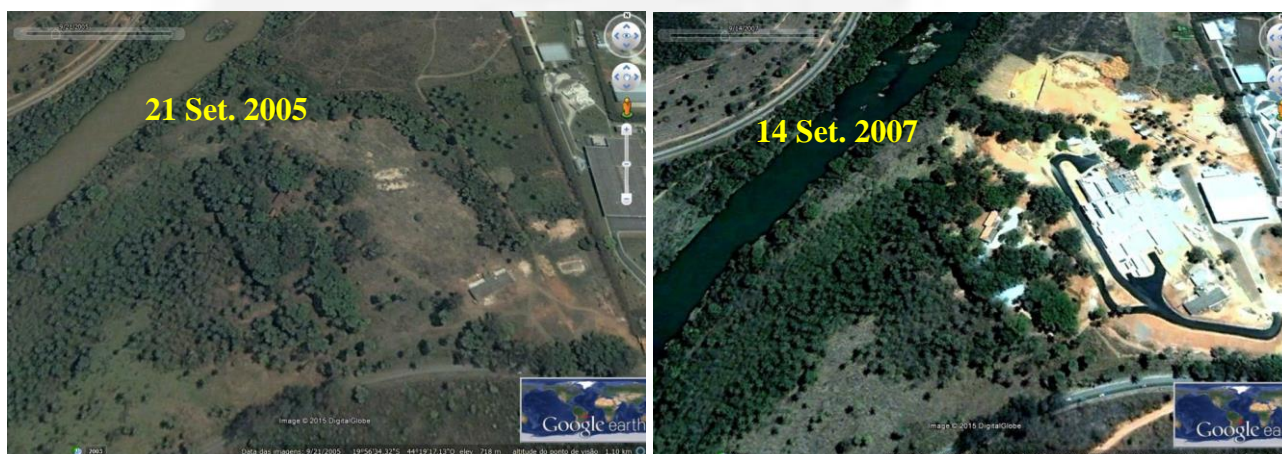
O relatório de avaliação de desempenho ambiental – Rada foi elaborado pela empresa de consultoria SANETEC/Saneamento e Serviços Técnicos de Engenharia Ltda. tendo como responsáveis: Eng. Civil Honório Pereira Botelho com a ART nº 14201400000002024119 de 11 set de 2014 e Eng^a.Sandra Ely Santos Engenheira Civil e Ambiental com a ART nº 14201400000002029950 de 16 set de 2014.



2. Histórico do Empreendimento

Criada pela união da Eurofarma Laboratórios S.A, uma das maiores indústrias farmacêuticas do Brasil, e a Hertape Saúde Animal S.A, empresa reconhecida no segmento de vacinas e medicamentos veterinários, a Inova Biotecnologia é uma indústria nacional especializada na produção da vacina para a imunização contra o vírus da febre aftosa dos animais de produção zootécnica.

Tendo como base a série histórica de imagens do site Google Earth, o empreendimento teve sua instalação realizada entre meados de 2005 e meados de 2007 conforme sucessão de imagens abaixo:



Fonte: Adaptado pelos autores com base consulta em jun/2015 – Google Earth

Em 25 de julho de 2008 foi formalizada a solicitação de LO no escopo do PA nº 12442/2007/001/2008 sendo reorientado de licença de operação – LO para licença de instalação corretiva LIC em razão da vistoria realizada no dia 04 de setembro de 2008 (AF Nº 16081/2008) ter constatado que o empreendimento encontrava-se parcialmente instalado. Em 20 de outubro de 2008 foi concedida a LIC Nº 157 com condicionantes válidas até 20/10/2010 constatando a instalação parcial sem a devida licença.

Em 10 de maio de 2010 formalizou o PA Nº 12442/2007/002/2010 solicitando a LO para o empreendimento. A mesma foi concedida em 20 de dezembro de 2010 condicionada ao cumprimento de 8 condicionantes e válida até 20 de dezembro de 2014. Enfatiza-se que neste período está a base de informações para a aferição do desempenho ambiental do empreendimento de forma a credenciá-lo ou não, à nova LO.

A seguir apresentamos quadro com o histórico do empreendimento no sistema de informações ambientais – SIAM:



Quadro I – Resumo de PA's no SIAM relativo ao empreendedor/empreendimento Inova Biotecnologia.

Processos Cadastrados

Total de Registros:4						
Tipo	Atividade	Cod no Orgão	FOBI/ANO	STATUS	Data Formalização	Data Decisão
Licenciamento FEAM (LI)	Fabricação de produtos p...	12442/2007/001/2008	166179/2008	LICENCA CONCEDIDA	25/07/2008	
Licenciamento FEAM (LO)	Fabricação de produtos p...	12442/2007/002/2010	131286/2010	LICENCA CONCEDIDA	10/05/2010	
Licenciamento FEAM (REVLO)	Fabricação de produtos p...	12442/2007/003/2014	883840/2014	PROCESSO FORMALIZADO	19/09/2014	
Outorga	CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERR...	17899/2015	573443/2015	PROCESSO FORMALIZADO	25/06/2015	

FONTE: Adaptado SIAM consulta em Jun/2015 vinculado ao empreendedor e ao empreendimento.

Outro ponto observado e evidenciado é que preteritamente o empreendedor não fora objeto de nenhuma infração administrativa, esta situação foi objeto de reavaliação em função do procedimento corretivo realizado.

Na ocasião da LIC, no escopo dos estudos foi identificado o projeto básico da ETE (200m³/dia de vazão) do empreendimento datado de abril de 2007 (PA 12442/2007/001/2008 págs. 313 a 346) no qual adota a concepção de uma lagoa anaeróbica seguida de lagoa facultativa e lançamento no Rio Paraopeba.

Este projeto tem como autor o corpo técnico da empresa SANETEC. Neste mesmo estudo apresenta planta de situação em relação a circunstancia locacional da ETE (pág. 352). Referenciando a largura do Rio Paraopeba através da imagem do Google Earth, é possível verificar que neste local o rio Paraopeba tem largura ligeiramente maior que 50 m o que referencia respectivamente a APP, em nossa opinião, como de 100 metros. Com esta circunstância entendemos que a ETE encontra-se dentro da APP relativo ao rio Paraopeba e de um regato que ali está presente (ao lado).

Apreciando tal planta foi verificado que a equipe técnica do empreendedor considerou a APP como de 50 metros em relação ao rio Paraopeba bem como não considerou uma nascente localizada ao lado da ETE, e não foi considerado o risco de enchente atingir esta estrutura por ocasião de evento de cheia do Rio Paraopeba. Possivelmente esta área onde foi instalada a ETE esta contida em seu leito excepcional deste curso d'água. Esta situação foi assumida e não foi percebida pelos méritos que sucederam até então.

Em 13 de julho de 2010 foi realizada a vistoria técnica pela equipe técnica da Supram CM formalizada pelo AF N° 001568/2010 dentro do escopo de obtenção da LO. Na vistoria verificou-se que a ETE com a concepção do tratamento o biológico (uma lagoa anaeróbica e uma lagoa facultativa) estava implantada e operacional.



No dia 20 de dezembro de 2010 foi concedida a LO Nº 325/2010 condicionada ao cumprimento de 8 condicionantes e válida até 20 de dezembro de 2014.

No dia 27 de julho de 2012 por meio do documento com o protocolo R275033/2012 o empreendedor informa que houve alagamento da ETE em janeiro de 2012 devido às chuvas no período, informa também que a ETE não está operante e indica que existe necessidade de reformulação da concepção do tratamento justificando tal necessidade em função de ser um “efluente exótico” principalmente segundo ele pela alta temperatura do efluente bruto e suas características complexas serem incompatíveis ao tratamento biológico.

Nesta data informa adicionalmente que por razões mercadológicas a produção encontra-se paralisada justificando com isto a não realização de automonitoramento. Também solicita prazo de 15 meses para solucionar a questão bem como também ratifica que estão realizando o tratamento preliminar e argumenta que a autodepuração do Rio Paraopeba no local é capaz de impedir a degradação para justificar o lançamento em suas águas.

Por meio do OF DAT/SUPRAM 1581/2013 de 17 de outubro de 2013 (protocolo SIAM 1942878/2013) dirigido ao empreendedor ratifica as recorrentes violações de padrões de lançamento consequência da eficiência inconforme constatada nas análises do automonitoramento.

Após alguns encaminhamentos junto a Supram Cm é buscada a saída de provisoriamente envio do efluente bruto para a ETE da Hertape (indústria farmacêutica e vacinas veterinárias) ao lado do empreendimento e uma das sócias do empreendimento Inova.

Em 31 de março de 2014 o empreendedor informa via ofício (protocolo R95886/2014) a dificuldade de encontrar solução para o tratamento de efluente do empreendimento para justificar o não cumprimento do cronograma de 15 meses acordado para a operação de um novo sistema que consiga atingir a eficiência necessária para atender a legislação aplicável. Dentre estas explicações a consultoria elenca: carga orgânica muito alta - DBO elevado por conter em sua constituição o poli etileno glicol – PEG responsável pela cor intensa e mau cheiro e o descarte de sobrenadantes e culturas metabolizadas.

Nesta ocasião informa o esforço de buscar uma nova concepção de tratamento em razão de análises realizadas. Foi escolhido o processo de uso do ozônio como agente oxidante para o tratamento do PEG e do sobrenadante das culturas microbiológicas realizadas. Informa também que para os efluentes sanitários equalizados com os efluentes após a ozonização, será usado processo de lodos ativados. Prevê e solicita mais 12 meses para operacionalizar a ETE nestes termos.



Em 26 de abril de 2014 por meio do OF DAT/Supram Nº 544/2014 (protocolo 0890140/2014) é determinado ao empreendedor que em 5 dias apresente nova alternativa para a destinação de efluente gerado no empreendimento.

No escopo do RADA para sustentar a revalidação da LO – PA Nº12442/2007/003//2014 mérito deste parecer, foi apresentado no anexo F do RADA (págs. 172 até 283) o projeto básico da estação de tratamento de efluente industrial ETE com cronograma de término para 12 meses.

Em 14 de maio de 2015 o empreendedor informa necessidade de alterações locacionais das estações elevatórias e da estação e tratamento. A justificativa para tal seria que foi estabelecida a separação física e cartorial da gleba pertencente a INOVA que estava contida na gleba original propriedade da HERTAPE, como já informado, uma das sócias do empreendimento INOVA BIOTECNOLOGIA.

No dia 10 de junho de 2015, com o objetivo de atualizar situação do empreendimento para embasamento do parecer único de revalidação de LO, foi realizada vistoria técnica formalizada pelo auto de fiscalização – AF 54112/2015, que detectou resumidamente a seguinte situação:

- a unidade estava em operação;
- foi verificado o descumprimento de condicionante de LO em razão da ausência de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiro (AVCB para a unidade);
- utilização da ETE antiga como forma de deságue de efluente líquido “não tratado” nas águas do Rio Paraopeba, caracterizando degradação/poluição ambiental;
- obras para instalação da nova ETE em curso.
- confirmação em loco que a ETE antiga esta localizada em APP

Segundo informado pelo responsável da obra a ETE está planejado para finalizar em dez/2015. Em razão da situação emergencial do empreendimento, informada preteritamente, foi indicado o envio do efluente bruto da INOVA para a ETE da HERTAPE, mas no momento da vistoria não existia bomba de recalque e a tubulação para envio estava destruída. Foi determinado de forma imediata a interrupção do lançamento na segunda lagoa que enviava para o Rio Paraopeba e dado 5 dias para o empreendedor comprovar formalmente às providências adotadas.

O empreendedor em 16 de jun. de 2015 apresenta relatório fotográfico do tamponamento da passagem da 1º lagoa para a 2ª lagoa e, por conseguinte interrupção de deságue em curso d'água e instalação da bomba e tubulação para o envio do efluente à ETE da HERTAPE. (doc R0383062/2015).



Em razão destas situações observadas na supracitada vistoria, foi lavrado o auto de infração – AI Nº 011042/2015 - descumprir condicionante de LO e causar poluição ou degradação ambiental de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em dano aos recursos hídricos. Além da multa pecuniária aplicou-se a pena restritiva de direito com o embargo total das atividades da unidade de forma imediata que foi encaminhada pelo OF DAT/Supram CM Nº 744/2015.

3. Caracterização do Empreendimento

O empreendimento segundo os dados do RADA está instalado em uma área de 39.700m² com uma área útil de 22.700m² e uma área construída de 9.335 m².

Ocupa cerca de 120 pessoas destes 94 na produção, 15 na administração e 11 colaboradores terceirizados. O regime de trabalho é de 1 turno diário de segunda a domingo. A utilização da capacidade instalada nos últimos 2 anos foi de 64% da capacidade instalada de 140 milhões de doses de vacina oleosa contra febre aftosa.

A seguir temos a imagem do empreendimento e seus limites (linhas vermelha nas laterais e o Rio Paraopeba ao norte e a Rodovia Mg 050 ao sul (FIG 01)

Figura 01 – Imagem do empreendimento com a visualização do entrono e da nascente seguida de um pequeno regato (destaque na seta).



Fonte: Adaptado - Site Google Earth www.google.com.br/earth/index.html



Sua localização é referenciada pelo par de coordenadas Lat. 19° 56' 33" S e Long 44° 19' 08" W e a operação neste local foi iniciada em janeiro de 2011 (RADA pág 14).

Este empreendimento está instalado, segundo informado em documento municipalidade de Juatuba no escopo do PA de LIC, no distrito industrial. Este documento ratifica que o empreendimento está adimplente com a legislação administrativa do município.

A atividade principal e exclusiva é a produção de vacinas oleosas para prevenção da virose da febre aftosa. Esta atividade é classificada segundo a DN Copam nº 74/2004 de grande potencial poluidor e de acordo com sua capacidade instalada o porte do empreendimento é considerado grande, assim sendo classificado como de classe 6.

4. Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras - Resumo

Com a finalidade de aclarar a natureza dos aspectos e impactos ambientais envolvidos nesta indústria de biotecnologia na produção de vacinas oleosas apresentamos a seguir um rol resumido de informações de forma a circuncianciar os impactos envolvidos na operação.

Dentre os impactos ambientais mais relevantes da unidade industrial em questão, podemos destacar os efluentes líquidos industriais e sanitários, resíduos sólidos, emissões atmosféricas e emissões sonoras.

A seguir discorreremos sobre os mesmos de forma sucinta e informativa:

Efluente líquido sanitário e industrial:

Medidas mitigadoras: o efluente sanitário é tratado juntamente com o efluente industrial em uma Estação de Tratamento de Efluente (ETE) que atende todo o empreendimento.

Trata-se de um efluente bruto de extrema complexidade em função da gama de produtos orgânicos e químicos usados no processo de cultivo do vírus e a garantia da segurança biológica (segregação do vírus). Para ilustrar esta situação apresentamos a tabela 1 (baseada RADA pág 19)

Tipo	Natureza	Vazão média m ³ /dia
Efluente industrial	água de limpeza instalações e equipamentos	145,6
	Polietilenoglicol – PEG	11,4
	Sobrenadante do cultivo microbiológico	7,3
Esgoto sanitário	Instalação sanitária e vestários ⁴	8,4
TOTAL		172,7

OBS: Não foi informada no estudo a taxa de geração máxima destes efluentes na unidade.
Fonte: Adaptado item 6 RADA pág 019.



A vacina produzida é contra a febre aftosa, trivalente O, A e C, produzida em substratos de culturas de células e clarificada em centrífugas especiais, e inativada com “inativante de primeira ordem”: BEI - etileniminabinaria. A vacina é altamente purificada por precipitação seletiva com PEG 6.000 e posteriormente concentrada por ultra filtração. Os antígenos são adicionados de saponina, adjuvante imunológico e posteriormente emulsificadas em adjuvante oleoso. A emulsão final é do tipo primário W/O – “water-in-oil” – (água em óleo).

Assim no processo de produção o PEG é gerado no processo de fabricação da vacina oleosa na área de biossegurança e o sobrenadante é o efluente resultante do descarte contendo cultura de células metabolizadas e estéreis.

A natureza exótica do efluente bruto oriundo do processo industrial pode ser justificada pelas seguintes circunstâncias (valores copilados do anexo P do RADA pág178):

- Alta DBO do PEG (7.300 a 9.500 mg/L);
- Altíssima DQO do PEG e efluente do sobrenadante (46.500 a 88.897 mg/L);
- Alta DBO do efluente bruto de origem no sobrenadante
- Alta carga de óleos no efluente bruto (105 mg/L)
- Necessidade de esterilização nos efluentes para extinguir a possibilidade de escape do vírus da febre aftosa com alto uso de substancias desinfetante e de degradação complexa;
- Alta temperatura do PEG quando de seu descarte;

Neste estudo referenciado acima, o responsável técnico da consultoria afirma:

“... Apesar da reduzida confiabilidade estatística dos dados disponíveis, os achados laboratoriais contém indicações preciosas para adoção da linha de tratamento específica para esses efluentes diferenciados, excluindo de antemão a possibilidade de trata-los utilizando processos biológicos. ...” RADA – ANEXO P- pág 178

Conforme explanado no item 2 deste parecer, atualmente, o empreendimento **não possui ETE adequada e operante** para a mitigação do efluente bruto liquido oriundo do processo de fabricação da vacina oleosa na prevenção do vírus da febre aftosa.

O efluente estava sendo lançado sem tratamento no Rio Paraopeba. Naquele ponto de lançamento o rio Paraopeba é classificado como **Classe 2** (trecho 3 do leito principal) de acordo com a Deliberação Normativa **COPAM nº 14**, de 28 de dezembro de 1995 que trata do enquadramentos de seus trechos.

Resíduos sólidos:

Medidas mitigadoras: o empreendedor possui uma gestão de resíduos sólidos implantada, com a ressalva de não possuir operante uma estação temporária de segregação temporária bem como compartilha a estação de segregação dentro da empresa Hertape anexo ficando truncada a caracterização e responsabilidade da destinação.



Um ponto positivo foi a estrutura de reutilização (lavagem) de baldes plásticos que vem soro sanguíneo bovino, que é um dos ingredientes para o cultivo biológico.

Foi identificada deficiência pontual na segregação de materiais perigosos ao meio ambiente como, por exemplo, latas de tinta, tubos de silicone exauridos e material elétrico inservível misturados em caçamba de resíduos de construção civil.

Ressalta-se que não foi verificada no empreendimento uma estação temporária de segregação de resíduos. Na vistoria foi informado que o empreendimento usa a estrutura da HERTAPE. Porém, verificamos o acúmulo de resíduos sólidos na casa de caldeira de maneira tecnicamente incorreta.

A destinação dos resíduos segregados foi comprovada de acordo com as características intrínsecas dos mesmos a empresas legalmente regularizadas ambientalmente para a destinação destes resíduos (aterro industrial, reutilização, empresas de reciclagem e de coprocessamento).

Efluentes atmosféricos

Medidas mitigadoras Existem duas caldeiras para geração de energia térmica na forma de vapor d'água sendo uma principal e outra reserva.

Ambas utilizam a biomassa (lenha) como combustível e cada uma possui o seu respectivo aparato de tratamento dos gases (catafuligem na caldeira reserva e sistema multiciclone na caldeira principal).

Emissões sonoras

Medidas mitigadoras aspecto considerado secundário e melhor tratado no enfoque da saúde ocupacional e segurança de trabalho, acrescido da não realização de atividades noturnas à exceção de eventualmente alguma chegada de caminhão de transporte de produtos beneficiados. Além disto, a própria situação locacional em relação à ocupação ao redor do empreendimento, com certo isolamento de locos habitacionais e predominantemente industrial, ratifica a situação de minimização deste impacto.

As campanhas de monitoramento do perfil acústico indicam a conformidade dos níveis de ruídos emitidos pelo empreendimento não caracterizando o mesmo com fonte de poluição sonora que possa perturbar o sossego público e sua vizinhança.



5 - Desempenho Ambiental

As avaliações realizadas abrangeram os aspectos do empreendimento e seus impactos nos meios físico, biótico e socioeconômico, considerando a necessidade de atestar a viabilidade da atividade que o empreendimento realiza.

A atividade desenvolvida é geradora de impactos significativos sobre o meio ambiente e a opinião acerca do pleito da REVLO para sua operação é baseada nos parâmetros analisados no tempo histórico decorrido a partir da concessão da Licença de Operação (LO), com relação ao atendimento as condicionantes e observações dos parâmetros legais aplicáveis para o lançamento de efluentes poluentes.

Esta verificação permitirá opinar de forma consistente e fundamentada sobre a continuidade da operação da unidade de forma a comprovar que o empreendimento mantém as mitigações necessárias para seu funcionamento dentro dos preceitos de sustentabilidade ambiental e atendimento legal além da manutenção da inserção significativa no ponto de vista social na comunidade onde atua.

5.1 Cumprimentos de Condicionantes de LO

A LO Nº **325/2010** dentro do escopo do PA Nº 12442/2007/002/2010 foi concedida em 20 de dez. de 2010, atrelada ao cumprimento de 08 condicionantes com prazos diversos e com validade até 20 de dez. de 2014.

A seguir tabulamos “na integra” o rol de condicionantes e o respectivo prazo de atendimento que foi homologado quando a concessão da LO e o respectivo comentário sobre o atendimento.

1)“ Efetuar o monitoramento dos efluentes líquidos, águas superficiais e resíduos sólidos conforme programa definido no Anexo II. Apresentar relatórios semestrais com análise dos resultados do monitoramento”

Prazo: “A cada semestre a contar do início da operação do empreendimento, durante a validade da LO”.

Os monitoramentos aprovados no escopo do anexo II do Parecer Único que encaminhou a concessão da LO estabeleceram a monitorização dos **resíduos sólidos, efluentes líquidos brutos e tratados e da qualidade de água do corpo hídrico receptor**, no caso o Rio Paraopeba, a montante e jusante do lançamento de “efluente tratado”.

Se considerarmos que para o monitoramento dos resíduos sólidos no período de validade da licença (4 anos), o controle mensal deveria ser apresentado semestralmente e assim teríamos a



necessidade de protocolo de 8 relatórios no período. Em consulta física ao PA desta LO bem como os arquivos digitais do mesmo processo identificamos apenas 04 protocolos, a saber: 1º semestre/2012 (R0333559/2014 de 04/11/2014), 1º semestre 2013 (R0333558/2014 de 04/11/2014), 2º semestre 2013 (R0333568/2014 de 04/11/2014) e 1º semestre /2014 (R0316466/2014 de 24/10/2014).

Diante destes fatos constata-se que não foi obedecida a periodicidade (vide data dos protocolos serem todos do ano de 2014) bem como algum período não foi apresentado ou não evidenciado.

Verificando o RADA do empreendimento entre as págs 50 e 70, verifica-se que este apresenta planilhas mensais do período de Jan/2013 a Ago/2014, porém sem a devida comprovação de nenhum protocolo junto ao órgão ambiental.

Diante desta situação de antemão já temos **o não cumprimento desta condicionante.**

Existe colecionado nos autos do PA uma série de protocolos de análises de acompanhamento dos efluentes líquidos e da qualidade das águas no rio Paraopeba.

Diante do mérito externado anteriormente, optamos, no caso dos outros parâmetros (análises de efluente bruto e tratado e qualidade do curso d'água receptor a jusante e montante do lançamento do empreendimento), avalia-los no Item 5.2

2)“ Apresentar revalidação do certificado do registro de produtos e subprodutos da flora, lenhas, cavacos e resíduos, emitido pelo IEF”

Prazo: “Anualmente, antes do vencimento do certificado vigente.”

Não foi evidenciado o protocolo que deveria ser realizado anualmente, porém, foi colecionado o RADA Item 19.1 págs 85 a 89 os certificados dos anos de 2014, 2013, 2012 e 2011.

Apesar comprovar adimplente no período de 2014 a 2011 não se afere a obrigação de apresentar anualmente este certificado emitido no IEF como consumidor de lenha.

Entendendo a imperfeição da condicionante em exigir como condicionante no escopo da LO um documento emitido pelo IEF, entendemos que na concepção está atendida, porém processualmente não, ao não comprovar formalmente na periodicidade determinada. Ainda assim com esta ressalva entendemos **condicionante descumprida.**

3)“Apresentar renovação do certificado do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento atestando o empreendimento estar cadastrado junto ao mesmo o mesmo como estabelecimento autorizado a produzir vacina inativada contra febre aftosa, bem como estar em conformidade com a legislação nacional para a manipulação do vírus da Febre Aftosa ”



Prazo: “Anualmente, até o dia 09 de julho de cada ano.”.

Foi colecionado no RADA Item 19.2 págs 97 e 98 o certificado referente renovação de licença de estabelecimento MG 005/2014 em 06 de mar de 2014 com validade de 1 ano.

Não verificamos o cumprimento do rito processual de protocolo no período anual do certificado renovado.

Salvo um melhor juízo entende-se **condicionante descumprida** pela não observação da sistemática homologada por ocasião da concessão da LO.

4)“ Comunicar sobre o uso do by-pass com justificativa técnica para tal “

Prazo: “Durante a validade da LO”

Não identifica a situação de ocorrência de comunicação bem como não vislumbramos em qual ocorrência esta situação se aplicaria.

Releva-se que não foi identificada na concepção da ETE antiga anteriormente adotada qualquer justificativa técnica para a necessidade de um sistema de “by pass” para um efluente bruto de tais características.

Entende-se assim, não possível de verificação de atendimento.

5)“Apresentar a inscrição do empreendedor no Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais, conforme a Lei nº 14.940, de 29 de dezembro de 2003”

Prazo:“30 dias após a concessão da LO”

Foi colecionado no RADA Item 19.3 pág 100 o certificado de regularidade junto ao Cadastro Técnico Estadual – CTE emitido em 14 abr de 2011.

Não verificamos o cumprimento do rito processual de protocolo deste certificado 30 dia após a concessão da LO que se deu em 20 de dez. de 2010.

Salvo um melhor juízo entende-se **condicionante descumprida** pela não observação da sistemática homologada (prazo de atendimento) por ocasião da concessão da LO.

Ressalta-se que atualmente estes dois cadastros forma unificados. Esta situação foi operacionalizada em set/2011 por um convênio entre o IBAMA e SEMAD.

6)“ Apresentar certificado de regularidade atualizada do Cadastro Técnico Federal de atividades potencialmente Poluidoras ou Utilizadora de Recursos naturais”.

Prazo: “30 dias”

Foi colecionado no RADA Item 19.4 pág 102 o certificado de regularidade junto ao Cadastro Técnico Federal – CTF emitido em 18/07/2014 e válido até 18/10/2014.



Foi realizado consulta em 03 jul de 2015 no site https://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/certificado_regularidade_consulta.php no qual atesta a regularidade do empreendimento junto ao CTF.

Não verificamos o cumprimento do rito processual de protocolo deste certificado 30 dia após a concessão da LO que se deu em 20 de dez. de 2010.

Salvo um melhor juízo entende-se **condicionante descumprida** pela não observação da sistemática homologada por ocasião da concessão da LO (observação de prazo de cumprimento).

7)“ Apresentar Certificado de Vistoria Final do Corpo de”

Prazo: “Antes do início da operação”

Conforme constatado na vistoria do dia 10 jun de 2015 o empreendedor não possui para sua unidade o AVCB. Ressalta-se que no empreendimento existem armazenagem e óleo diesel (combustível para geradores), caldeiras, produtos perigosos ao meio ambiente, sistema de vasos depressão (compressores) e sistema de refrigeração industrial.

O empreendedor apresenta no Rada cópia do recibo de encaminhamento para análise do projeto técnico de prevenção e combate a incêndio e pânico, (pág 104). Existe também no Rada na sequência a comprovação de treinamento de brigadista realizado em mai 2013.

Considerando que a unidade entrou em operação em janeiro de 2011, conforme informado pelo empreendedor em seu RADA (pág 14), e que conforme foi homologado o empreendimento deveria ter o AVCB concomitante a seu funcionamento, concluímos pelo **descumprimento da condicionante** uma vez que não existe o AVCB emitido e o empreendedor já caminha para mais de 4 anos em funcionamento sem a devida regularização.

8)“ Apresentar anualmente à Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM o inventário de Resíduo Sólidos Industriais, conforme a Deliberação Normativa COPAM nº 90, 15 de setembro de 2005, que dispõe sobre a declaração de informações relativa às diversas fases de gerenciamento dos resíduos sólidos industriais no Estado de Minas Gerais”

Prazo: “Durante a validade da licença”

Se considerarmos a periodicidade fixada nesta condicionante para a apresentação anual teríamos no horizonte de validade da LO a necessidade de 04 protocolos.

O empreendedor apresenta no RADA (págs 115 a 117) os protocolos relativos aos anos de 2011(RI002527/2011 de 29 de mar 2012), 2012 (RI003345/2012 de 30 mar 2012), 2013 (RI004492/2013 de 31 de mar 2014).



Não foi verificado o protocolo relativo ao ano de 2014 uma vez que o RADA foi formalizado em setembro de 2014. Em verificação aos PA 's relacionados não foi identificada a comprovação do Inventário de resíduos sólidos industriais relativo ao ano de 2014. Foi realizada consulta junto a equipe que administra Banco de Dados Ambientais – BDA na matéria do inventário de resíduos industriais com relação ao empreendimento com o objetivo de verificar se o mesmo estava adimplente.

Nesta consulta foi informado que empreendimento está adimplente como BDA (último protocolo relativo ao Inventário de Resíduos Sólidos Industriais da INOVA BIOTECNOLOGIA relativo a 2014 (RI 005073/2014) – **Condicionante Cumprida**.

5.2 – Estação de Tratamento de Efluentes Líquidos- ETE

Ratificamos previamente que para a viabilidade de sistema mitigatório, a análise técnica para encaminhar um viés de deferimento ou não, baseia-se em uma visão de todo o processo, norteados pelas referências legais, em todo o período de vigência da licença e considerando a forma adequada da destinação dos resíduos e efluentes gerados, assim para a viabilidade deste sistema consideramos que faz parte desta análise de forma indissociável estes aspectos.

Considerando a situação já descrita e assumida pelo empreendedor conforme explicitado no documento protocolado R275033/2012 de 27 jul de 2012 no qual transcrevemos um trecho a seguir:

“... As chuvas intensas que atingiram a região, sobretudo no mês de Jan/2012, provocaram o transbordamento do Rio Paraopeba e a inundação das lagos de estabilização componentes da ETE. Este fato forçou a interrupção do tratamento para os reparos necessários que se supunham inicialmente pudessem ser feitos tão logo cessassem as chuvas. Sucede, porém que o problema é mais abrangente necessitando de estudos, para uma reformulação geral do sistema de tratamento. Isto porque as características do efluente bruto, sobretudo as elevadas temperaturas, já vinham se mostrando incompatíveis com o tratamento biológico. Nesta situação a Empresa decidiu reformular a ETE, de modo a adequá-la à realidade da indústria técnica ou, se for ao caso, buscar uma alternativa técnica que melhor atenda aos objetivos colimados, especialmente a eficiência do tratamento.”

PA Nº 12442/2007/002/2010 LO pág 266

Estudando os resultados apresentados pela consultoria técnica na instrução do RADA – anexo E (págs 044 a 50), que utilizou o período de abr/2013 a jul/2014, verifica-se que estes não trazem uma conclusão expressa pelo atendimento dos parâmetros de lançamento descrito na DN CERH/COPAM 01 /2008.

Considerando a decisão pretérita da SUPRAM CM á época, que permitiu que dentre as medidas que se utilizasse a ETE da empresa HERTAPE como forma extraordinária até a construção



da ETE com prazo acordado de 15 meses (OF 316/2013 de 12 mar 2013 protocolo SIAM 0321987/2013);

Considerando que as análises feitas de automonitoramento tratam da ETE HERTAPE que englobaria efluentes brutos das empresas HERTAPE e INOVA portanto não conseguindo estabelecer responsabilidade de cada uma para o resultado global de ETE e por conseguinte nos padrões de lançamento. Diante desta circunstância entende-se que as análises previstas no automonitoramento perderam a exclusividade da percepção da efetividade de tratamento do efluente da INOVA BIOTECNOLOGIA;

Considerando ainda que na vistoria de jun de 2015 foi verificado que o empreendedor está em fase de implantação da ETE com previsão de funcionamento para Dez de 2015 concomitantemente com a situação fática que o efluente bruto da INOVA não estava sendo encaminhado a ETE da HERTAPE para tratamento uma vez que não tinha bomba e tubulação para tal instalada e operacional;

Considerando ainda que o empreendimento HERTAPE teve sua LO para fabricação de vacina para a prevenção da Leishmaniose Canina e revalidação de LO ambas indeferida (PA's Nº 55/1981/008/2012 e 55/1981/009/2012) na URC Rio Paraopeba. Em razão da impossibilidade de funcionamento da HERTAPE, foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta – TAC em 25/jun de 2014 que já encontra-se extinto logo o empreendimento HERTAPE não possui válido atualmente nenhum diploma legal para o funcionamento de suas atividades muito menos para ser responsável pelo tratamento de efluente bruto oriundo do processo da INOVA BIOTECNOLOGIA.

Diante do apresentado, entendemos e opinamos que **não existem elementos de validação** para o automonitoramento apresentado e por conseguinte **dados para atestar a viabilidade** do tratamento de efluente bruto do empreendimento INOVA BIOTECNOLOGIA. Há sim **situação fática** de **ausência de ETE operante e adequada** no empreendimento uma vez que o mesmo estava operando e gerando impacto ambiental sem a devida mitigação.

Apesar de o empreendedor ter uma explicação da dificuldade de se ter um tratamento adequado para o chamado “efluente exótico” (composto pelo PEG e culturas de células virais esterilizados descartados), a construção da ETE na fase de operação sem uma alternativa viável extraordinária para este efluente é uma circunstância incompatível com o funcionamento do empreendimento e consequentemente com a licença pleiteada, mérito deste parecer único, no caso uma revalidação de LO.

Fica uma pergunta para reflexão, que permitam fazer?



Como um laboratório referência em um processo tão específico e de alta tecnologia, de antemão já sabedor da inviabilidade do que anteriormente estava instalado e em área de fragilidade – APP, acrescido da falta de percepção do risco de inundação e do não conhecimento da natureza do efluente líquido gerado não assume sua responsabilidade em relação aos impactos gerados exclusivamente por sua operação é merecedor de revalidação de LO!

A título de informação existem dois registros via Central do Denunciante – CAD no ano de 2012 de lançamentos de efluente no rio Paraopeba “lançamento de esgoto com forte odor e coloração escura aparentando não ter tratamento, direto no Rio Paraopeba” (S260660/2012 de 28/06/2012 e outra denuncia protocolada E270241/2012 de 18/07/2012.

Por ocasião da vistoria, indagado ao acesso ao ponto de lançamento de efluente no rio Paraopeba, o representante do empreendedor indicou um acesso improvável e dificultoso.

5.3 – Utilização de Água

O consumo máximo de água no empreendimento é informado com 5.400 m³/mês e o médio de 5.227,2 m³/mês.

O uso da água é dividido nas seguintes atividades: uso industrial e uso humano, com o seguinte consumo máximo estimado: processo industrial com 2.444 m³/mês, incorporado no produto com 270,4m³/mês, lavagem de piso e equipamentos com 828,2 m³/mês, resfriamento e refrigeração com 270,4 m³/mês, produção de vapor com 1.316,6 m³/mês, e consumo humano (sanitário e refeitório). Esta modalidade de uso totaliza 5400 m³/mês.

Está descrito no RADA Item 5.11.1 Água (pág 18) que a Copasa é a única fornecedora de água para o empreendimento. Esta situação foi ratificada por ocasião da última vistoria que foi reafirmada esta situação. (AF N°54112/20165 de 10 jun. de 2015).

Em verificação no SIAM foi identificado o PA N° 17899/2015 relativo ao pleito de outorga de poço subterrâneo que indica a existência de um poço subterrâneo que não foi apresentado por ocasião da vistoria. Em situação contrária à informação dada formalmente via RADA concomitante com a informação dada por ocasião da última vistoria técnica.

Neste processo de outorga o empreendedor menciona que o poço subterrâneo supre a demanda de água do empreendimento tanto no usos humanos e industrial do empreendimento. Neste mesmo processo é informado que o poço está comissionado a pelo menos 15 anos e este estava ligado aos reservatórios do empreendimento com acionamento automático. Este processo terá seu mérito agregado ao escopo da revalidação de LO mérito deste parecer.



6 – Discussões Técnicas

Depois de descritas as situações nos tópicos anteriores são relatados os fatos e circunstâncias que enumera-se a seguir:

- **Ausência de ETE comissionada e operacional para o empreendimento em operação;**
- **Ocorrência de restrição legal referente ao “buffer” previsto na APP do rio Paraopeba (100m) e da nascente (50 m) seguida de um regato (30m) no empreendimento;**
- **Descumprimento da quase totalidade das condicionantes de LO quer seja pela intemperividade de seu cumprimento e/ou pelo não atendimento do objeto que foi condicionado;**
- **Utilizar a antiga ETE para realizar o desague de efluente sem tratamento adequado para o rio Paraopeba;**
- **Omissão da informação da fonte de água usada no empreendimento, omitindo a ocorrência de poço subterrâneo no empreendimento;**
- **Inviabilidade técnica e administrativa da alternativa de envio do efluente bruto para ETE da HERTAPE;**
- **Descumprimentos de acordo aprazados com a Supram CM com relação ao comissionamento a ETE nova.**

O relatório de avaliação do desempenho ambiental – RADA concomitante com a análise das circunstâncias do empreendimento durante todo o tempo de validade da licença nos permite afirmar que o empreendimento **não teve um desempenho satisfatório** no plano ambiental o que leva a conclusão **da inviabilidade ambiental** do empreendimento.

Entende-se que, avaliar em um RADA o projeto básico da ETE do empreendimento (ANEXO P – RADA págs 171 a 283), acrescidas de um adendo em abril de 2015 formalizado pelo empreendedor (doc protocolo R 0366377/2015 de 14/05/2015) e que está em construção por conta e riscos do empreendedor, está fora do contexto e objetivo de um processo de REVLO em razão de não se ter um desempenho ambiental a aferir como adequado.

Assim diante destes fatos incontestes, opinamos que o desempenho ambiental do empreendimento é abaixo da crítica e não suporta minimamente o crivo técnico e administrativo para fazer jus a revalidação da autorização para a continuidade do funcionamento de suas atividades nestes moldes.

Fica ressalvado a avaliação deste conselho e em respeito ao contraditório ouvir as argumentações/explicações a serem suportadas pelo empreendedor e seus prepostos e assim no que entenderem ser a melhor deliberação para o caso.



7 – Controle Processual

O processo encontra-se devidamente formalizado, estando a documentação juntada em concordância com DN 074/04 e Resolução CONAMA Nº 237/97.

Garantiu-se, em cumprimento às determinações da Deliberação Normativa Nº. 13, de 24 de outubro de 1995, publicidade ao requerimento de Revalidação da Licença de Operação, conforme cópia de publicação inserida nos autos. O requerimento foi veiculado, ainda, no Diário Oficial de Minas Gerais, pelo órgão ambiental competente.

Os custos da análise do licenciamento foram devidamente de quitados, conforme determina artigo 13, da Resolução SEMAD nº 412/2005.

A certidão negativa de débito ambiental nº 0944263/2014 (pág.289) foi expedida pela Diretoria Operacional da SUPRAM CM em 19/09/2014, dando conta da inexistência de débitos ambientais até aquela data.

A análise técnica demonstrou a inviabilidade para a Revalidação da Licença Operação, uma vez que os estudos não apontaram desempenho ambiental, tendo em vista que o empreendimento encontra-se para com suas atividades paralisadas.

Para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, a Constituição da República em seu art. 225, incube ao Poder Público: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

Dentre os princípios estabelecidos pela Política Nacional do Meio Ambiente está a proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas.

Com efeito, os estudos apresentados pelo requerente não respaldam uma decisão segura e capaz de garantir a qualidade de vida, assegurada pela legislação ambiental, pois, afeta o princípio da legalidade, que deve respaldar e ser obedecido pela Administração Pública.

Diante do exposto e considerando a análise técnica, somos pelo indeferimento da Revalidação da Licença de Operação, tendo em vista a inexistência de desempenho ambiental.



8 – Conclusão

Face às justificativas expostas ao longo do presente Parecer, a equipe interdisciplinar da Supram Central opina pelo **indeferimento** do pedido de revalidação da Licença de Operação que regularizava a atividade que é desenvolvida no empreendimento.

Em razão do viés de indeferimento da LO fica também incluída a opinião de indeferimento da solicitação da outorga subterrânea, mérito do PA 17899/2015.

Em razão desta situação sugerimos a este Conselho que determine a convocação do empreendedor para que formalize novo processo de regularização ambiental por meio do procedimento de instalação corretivo (LIC) tendo como base um projeto técnico de adequação da ETE ou via extraordinariamente pela celebração de TAC, salvo melhor juízo.

Fica ratificado que administrativamente foi lavrado o autor de infração – AI's nº 011042/2015 e 011039/2015 (em tramite na SUPRAM CM) que imputou ao empreendedor INOVA BIOTECNOLOGIA SAÚDE ANIMAL LTDA, além da multa pecuniária, o embargo da totalidade de suas atividades.

9. Anexo

Anexo I. Relatório Fotográfico do empreendimento fabrica de vacinas da INOVA BIOTECNOLOGIA em Juatuba.



Anexo I

Relatório Fotográfico da Unidade de Produção de Vacina contra Febre Aftosa INOVA BIOTECNOLOGIA em Juatuba MG.



Visão ETE antiga – no fundo vegetação ciliar
rio Paraopeba.
Foto 02.

Visão ETE antiga – Visão da vegetação
ciliar rio Paraopeba
Foto 03.





**Visão ETE antiga – Visão da vegetação ciliar do regato e da lagoa com problemas de impermeabilização.
Foto 04.**



**Visão ETE antiga – Detalhe do regato e sua vegetação ciliar regato
Foto 05.**



**Visão ETE antiga – Tanques de resfriamento de PEG na APP e sem qualquer dispositivo de contenção de eventual vazamento.
Foto 06.**



**Visão ETE antiga – Detalhe da tubulação de efluente em AAP – circunstância de risco ambiental
Foto 07.**





**ETE antiga – APP do regato detalhe da tubulação de fluente bruto AAP – circunstância de risco ambiental
Foto 08.**



**Visão ETE antiga – Aspecto do efluente lançado no momento da vistoria.
Foto 9.**



**Visão ETE antiga – Aspecto do efluente lançado no momento da vistoria.
Foto 10.**

**Caçamba de coleta resíduo sólidos – mistura de material de construção com resíduos perigosos (latas de tinta contaminadas e materiais elétricos inservíveis).
Foto 11.**



**Visão atualizada da ETE em construção no empreendimento.
Foto 12.**



**Visão atualizada da ETE em construção no empreendimento.
Foto 13.**